

ATUAÇÃO EXTERNA DE ATORES SUBNACIONAIS: A COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA NO BRASIL

Aluna: Fernanda Pernasetti de Farias Figueiredo

Orientadora: Mónica Salomón

Introdução

O objeto de estudo dessa pesquisa é a chamada cooperação descentralizada, ou seja, a cooperação internacional levada a cabo não por governos centrais, mas por atores subnacionais. Estes são, de maneira geral, governos estaduais ou municipais, e seus homólogos internacionais ou agentes e instituições, públicas e privadas, do Norte e do Sul [1] que realizam acordos, irmanamentos, redes de cooperação e pactos. Os objetivos desse tipo de atividade externa variam de acordo com os interesses específicos de cada localidade ou região, mas dentre os mais frequentes estão: a cooperação técnica internacional, a atração de investimentos, a ampliação do comércio exterior, e o intercâmbio das chamadas "boas práticas" [2].

Objetivo

O objetivo da pesquisa é duplo: por um lado, pretende-se observar de que maneira o Ministério das Relações Exteriores enxerga essa atuação externa das unidades subnacionais e se relaciona com o fenômeno; por outro, a meta é buscar apreender padrões de comportamento em torno das práticas de cooperação descentralizada que estão se desenvolvendo no contexto da federação brasileira. Com relação ao primeiro objetivo, procurou-se analisar a existência de resistências ou incentivos por parte do MRE à crescente atuação externa federativa e local, observando de que maneira essa instância burocrática vem buscando dialogar com as unidades subnacionais acerca do tema. Com relação ao segundo objetivo, empreendeu-se um estudo de caso da atuação externa dos governos do Paraná e de Curitiba, visando analisar a) o tipo de práticas empreendidas por esses entes e b) o perfil dos atores com os quais eles cooperam. Com isso, pretendia-se verificar as diferenças entre a atuação externa do governo estadual e da prefeitura, e se era possível estabelecer algum tipo de diferenciação entre a cooperação realizada com unidades do Norte e do Sul, para analisar de que forma ela varia de acordo com a maior ou menor simetria de condições socioeconômicas entre os entes cooperativos.

Metodologia

Primeiramente, as análises foram empreendidas com base na pesquisa bibliográfica acerca do tema da cooperação descentralizada, e na busca por informações em sítios da Internet, como o *Observatorio de la Cooperación Descentralizada* e de organizações como o *United Cities and Local Governments* (UCLG). Num segundo momento, procurou-se construir um banco de dados com notícias acerca da atuação internacional dos governos do Paraná e de Curitiba, de 2006 até o presente momento, e que serviu de substrato para as análises empíricas. Acerca da postura do Ministério das Relações Exteriores, as informações foram obtidas em pesquisa bibliográfica e em palestras [3] sobre o tema.

Conclusões

Em primeiro lugar, pôde-se observar que o discurso por parte do MRE informa uma disposição de incentivar e monitorar a atividade internacional das unidades subnacionais, de forma a mantê-la de acordo com as diretrizes atuais da política externa brasileira [4]. Isso seria feito por meio dos Escritórios Regionais de Representação e da inclusão de cláusulas

relativas à cooperação descentralizada nos acordos oficiais de cooperação assinados pelo Brasil [5]. Entretanto, na prática, esse diálogo ainda é bastante rarefeito, e as unidades subnacionais têm gozado de bastante independência e autonomia na sua atuação, inclusive em parceria com outros Ministérios – como o da Saúde.

Já com relação ao segundo objetivo, a pesquisa pôde concluir, de forma geral, que os temas ou as "áreas" em que se dá a cooperação descentralizada são mais variados na relação com localidades e regiões do entorno latino-americano (principalmente Mercosul, Chile, Colômbia, México e Cuba) e com países não-centrais ou em processo de desenvolvimento como África do Sul, Índia e China. Estes vão desde atividades comerciais (com diversas missões empresariais) e cooperação técnica em múltiplos setores, até a promoção de intercâmbio nas áreas de cultura, educação e, principalmente, desenvolvimento urbano. Por outro lado, no que tange ao relacionamento com unidades do Norte – como as da União Européia, EUA, Rússia e Canadá – observa-se que a cooperação descentralizada se dá em âmbito mais restrito: a ênfase está nas áreas técnicas ligadas à agricultura e no intercâmbio de boas práticas relativas ao meio ambiente, transportes e planejamento urbano sustentável. Em troca de convênios educacionais e conhecimentos tecnológicos na área de saúde e biotecnologia, por exemplo, Paraná e Curitiba exportam boas práticas e inovações de gestão em saneamento básico, manejo de recursos hídricos e técnicas agrícolas naturais. Nesse sentido, vê-se que na relação com regiões e instituições de perfil mais dispare, as "boas práticas" são a principal moeda de troca por parte dos governos do Paraná e Curitiba na cooperação descentralizada- o que pode vir a ser percebido e adotado por outras unidades subnacionais brasileiras em termos de atuação internacional.

Referências Bibliográficas

- [1] ROMERO, Maria Del Huerto. Uma aproximación conceitual y contextual de la cooperación descentralizada. In: ZUÑIGA, Víctor; ROMERO, Maria del Huerto (Orgs.). **Tejiendo lazos entre territorios: la cooperación descentralizada local Unión Europea-América Latina**. Valparaíso: 2004
- [2] SALOMÓN, Mónica e NUNES, Carmem. **A ação externa dos governos subnacionais no Brasil: os casos do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre. Um estudo comparativo de dois tipos de atores mistos**. Contexto Internacional, vol. 29 nº 1. Rio de Janeiro, jan/junho 2007
- [3] _____. **Conferência Mundial Sobre Desenvolvimento de Cidades**, Porto Alegre, fevereiro de 2008
- [4] SOMBRA, José Flávio Saraiva. A busca por um novo paradigma: política exterior, comércio externo e federalismo no Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 47 (2), págs 131-162 [2004]
- [5] TREVAS, Vicente. **Conferência Mundial sobre Desenvolvimento de Cidades**, Porto Alegre, fevereiro de 2008